



JULIA TERAYAMA - 04/12/2009

AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL vai vender planos por R\$ 9,90 ao mês

BB anuncia acordo com Odontoprev

Canais de distribuição do Banco do Brasil vão ser utilizados para a comercialização de produtos do ramo odontológico

SÃO PAULO

O Banco do Brasil (BB) anunciou ontem, via comunicado ao mercado, acordo para ter uma fatia do capital da Odontoprev, ingressando no ramo odontológico de seguros. Não foram revelados os valores do negócio.

Em comunicado, o BB informou que a parceria envolve estudos em torno da criação de uma empresa com participação de 75% do capital total (49,99% das ações ordinárias e 100% das preferenciais) da BB Seguros e de 25% do capital total (50,01% das ações ordinárias) da Odontoprev.

Os estudos preveem ainda que a BB Seguros vai participar indiretamente de uma holding (sociedade) a ser constituída pelo banco e por outros dois acionistas relevantes da

empresa de odontologia –Bradesco e ZNT Participações – com 10% do capital total da Odontoprev.

O BB informou que esses estudos contemplam a disponibilização, em caráter exclusivo, dos canais de distribuição do BB para a comercialização dos produtos do ramo odontológico, provenientes da parceria estratégica, pelo prazo de 10 anos, bem como a contratação de planos odontológicos aos colaboradores e dependentes do Banco do Brasil.

A OdontoPrev é líder entre as empresas ligadas ao segmento odontológico, atende mais de 4,4 milhões de pessoas e tem rede com 25 mil credenciados no País.

CARÊNCIA

“Há uma enorme classe emergente que começou a consumir e também busca maior proteção”, disse o diretor de novos negócios do BB, Paulo Rogério Caffarelli.

O produto do ramo dental deve ter custo mensal de R\$ 9,90 e ser vendido nas agências do banco.

Atualmente, 13,2 milhões de brasileiros têm um plano odontológico, o que equivale a 7% da população do País.

Governo apresenta polo gás-químico hoje

O governador do Estado, Paulo Hartung, e a diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, vão apresentar hoje os detalhes do projeto do polo gás-químico, que será implantado em Linhares, no Norte do Espírito Santo.

Também hoje será inaugurada a rede de distribuição de gás natural canalizado para Cachoeira de Itapemirim, no Sul do Estado.

Ao todo, 60 quilômetros de dutos com capacidade para 600 mil metros cúbicos por dia levarão o produto para indústrias, postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais do município.

Segundo o governo estadual, a cidade foi escolhida em função do potencial econômico da região e das prioridades determinadas pelo plano de desenvolvimento do Estado para 2025.



OPINIÃO ECONÔMICA

RODOLFO LANDIM

Made in Brazil

As perspectivas que cercam o setor de bens e serviços ligados à área de exploração e produção de petróleo (E&P) do Brasil para os próximos anos são muito positivas.

As relevantes descobertas do pré-sal, associadas à exigência crescente feita pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) da parcela de investimentos a ser feita no Brasil, chamada de conteúdo local, sugerem que o setor irá passar por uma verdadeira revolução em que uma grande quantidade de recursos humanos, físicos e financeiros terão que ser para ele canalizados para o atendimento da demanda.

Mas o que é necessário fazer para que possamos consolidar no Brasil uma cadeia de fornecimento de bens e serviços em condições competitivas, contribuindo dessa forma para a geração de benefícios econômicos e sociais para o País?

Um excelente trabalho nesse sentido foi apresentado nesta semana pela Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip).

Sua realização envolveu estudos já realizados sobre o assunto, consolidados com pesquisas de campo com centenas de entrevistados.

A metodologia envolveu a análise de toda a cadeia de fornecimento, avaliando o impacto nos grandes integradores, nos fornecedores de componentes e até nos produtores de insumos destes.

Os números são impressionantes. Os dispêndios totais, aí incluídos investimentos e gastos operacionais, devem chegar a US\$ 400 bilhões nos próximos 10 anos.

O número de empregos diretos no setor poderá sair de pouco mais de 400 mil, hoje, e ser acrescido em mais 2 milhões. Esta é uma oportunidade que o Brasil certamente não pode perder.

O estudo elaborado pela Onip chega no momento em que alguns interessantes debates são travados sobre o tema.

Uma primeira discussão envolve a forma de cálculo do conteúdo local estabelecido nos contratos entre as companhias operadoras e a ANP, que, apesar de bastante complexa, não obriga, por exemplo, que todos os segmentos da indústria brasileira em condições de fornecer componentes para a construção naval sejam atendidos.

Isto permite que os investimentos em moeda nacional sejam mais concentrados em alguns segmentos, deixando outros livres para a importação, o que vem

causando reclamações dos não contemplados.

Outra questão polêmica é a participação da indústria nacional a ser atribuída às áreas do pré-sal detidas pela União e que serão repassadas à operação da Petrobras.

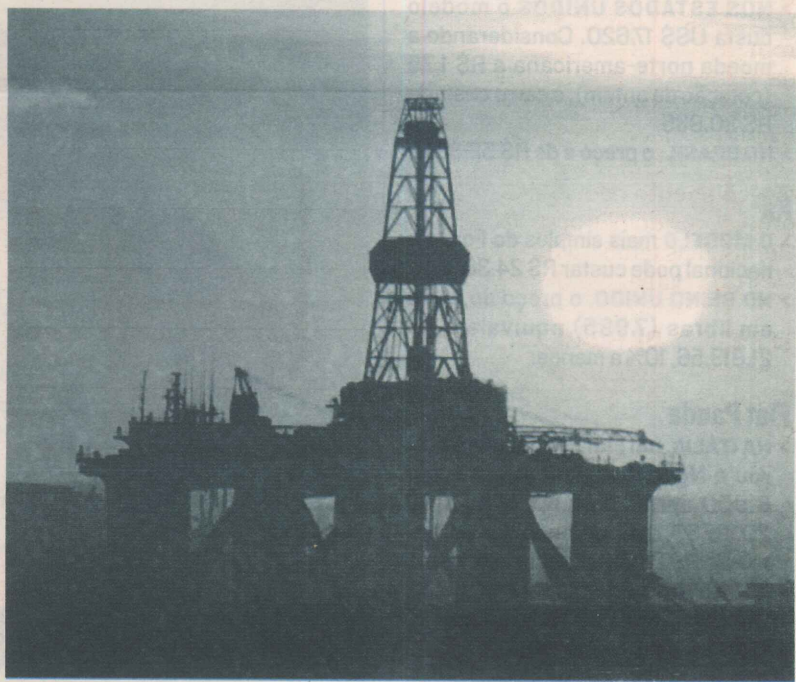
A ANP tem defendido altos percentuais de conteúdo local para essas áreas enquanto a Petrobras luta por sua redução. Na realidade, são dois os aspectos em jogo: custo e prazo.

Os itens tributação, custo de capital e mão de obra (este afetado por produtividade e cambio) chegam a gerar distorções enormes em termos de preços de alguns itens quando comparados aos de economias emergentes

No entanto, boa parte da plateia presente ficou frustrada, já que o objetivo do trabalho foi mostrar os caminhos para aumentar a competitividade e maximizar o conteúdo local no setor, e um grande crescimento já seria naturalmente esperado mesmo com a manutenção do percentual hoje existente.

Como diria Confúcio, a virtude está no meio. Não há como cobrar algo da Petrobras que seja muito impactante no curto prazo e a leve a atrasar significativamente seus projetos.

Por outro lado, não é razoável que uma política tão importante para o país seja deixada de lado, o que certamente ocorrerá caso haja a decisão por uma redução de-



Há dois aspectos em jogo para definir a participação da indústria nacional no pré-sal: custo e prazo

como a China.

Além disso, o prazo para criar a infraestrutura necessária para o atendimento a algumas demandas no país pode atrasar os planos de desenvolvimento do pré-sal.

O presidente da Petrobras, no seu discurso na cerimônia de apresentação do trabalho da Onip, colocou a questão como uma discussão entre duplicar o tamanho do setor, o que já seria uma boa notícia, ou crescê-lo cinco vezes nos próximos anos.

finitiva do conteúdo local para o pré-sal.

Existe um preço para ingressarmos nesse novo ciclo virtuoso do desenvolvimento econômico e social e é a própria indústria do petróleo que terá que pagá-lo.

RODOLFO LANDIM, 53, engenheiro civil e de petróleo, é conselheiro da Smith International e da Wellstream. Trabalhou na Petrobras, onde, entre outras funções, foi presidente da Petrobras Distribuidora.